

COLONIALISMO DUAL E FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL: O CASO SUL-AFRICANO

Maximilian Dante Barone Bullerjahn¹

Introdução

A África do Sul certamente é um dos poucos países que assimilou de modo tão significativo dois processos de colonização distintos no seu território, em momentos distintos. O entreposto comercial de abastecimento da frota imperial holandesa, no Cabo, logo se tornou um espaço de ocupação de colonizadores europeus, que, em busca de uma pátria, encontraram nas vastas terras ao redor da colônia do Cabo o espaço para o desenvolvimento de nova civilização. De maioria protestante, esses novos colonizadores europeus fizeram da terra seu triunfo adquirido. Entre turbulências revolucionárias na França e o apetite imperial napoleônico, a chegada dos ingleses à região do Cabo transformou substancialmente as relações sociopolíticas na região. O subsequente êxodo dos bôeres² habilitou o culto pela sua autoafirmação, e o espaço sul-africano viu-se preenchido por sucessivas batalhas pelo território entre bôeres, ingleses e povos nativos. No final do século XIX, a descoberta das riquezas minerais em escala sem precedentes é o marco da transição de uma economia ainda atrasada para uma de fundamentos modernizantes, com o desenvolvimento de um sofisticado sistema financeiro voltado inicialmente à diretriz primário-exportadora mas que logo se torna âncora para o incipiente processo de industrialização sul-africano. A formação das duas repúblicas bôeres, para além do nacionalismo africâner³, buscava conter o

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: maximilian.barone@gmail.com

² Do *Afrikaans*: agricultores, fazendeiros. Nome genérico usado para descrever os africâneres antigamente.

³ Relativo a grupo étnico composto principalmente pelos descendentes dos colonizadores holandeses e alemães de fé protestante e também huguenotes franceses; expressa também aqueles que falam o idioma *Afrikaans*.

rápido avanço imperial inglês em meio à descoberta das maiores jazidas de minérios preciosos no continente. Após duas guerras traumatizantes, chegou-se a um concerto político: a União Sul-Africana (1910), entendimento entre elites inglesas e bôeres, e a partir disso, tomou corpo a federalização dos territórios ocupados pelas repúblicas bôeres e pelas colônias costeiras inglesas.

Como membro-fundador da Liga das Nações, a África do Sul passou a se projetar regionalmente, assumindo mandato sobre o território do Sudoeste Africano, perda colonial alemã por conta da Primeira Guerra Mundial. Em meio à crise do liberalismo no velho continente, a União Sul-Africana seguiu com a centralização do aparelho burocrático, ampliando também os canais de intervenção estatal no tocante a empresas públicas e serviços em geral. No cenário conturbado do entre-guerras, há também o açulamento de disputas ideológicas, havendo, de um lado, a busca por maior autonomia em relação ao imperialismo britânico e, de outro, a apropriação de ideários nazifascistas, comunistas e, de forma vigorosa, do nacionalismo genuinamente africano. A despeito do apoio às forças aliadas durante a Segunda Guerra Mundial, houve acirramento das disputas internas com a vitória de um grupo contrário ao apoio pró-inglês do governo anterior. A partir de 1948, um projeto nacionalista de matiz africâner se lança como vencedor do pleito disputado por um eleitorado branco minoritário. Há, então, a institucionalização dos conflitos sociais derivados de natureza racial. O Apartheid se torna a força motora do novo regime em Pretória, contestatório de um lado e altamente contestado de outro.

Embora ainda protocolarmente vinculada aos assuntos ingleses, o regime do Apartheid cria um núcleo politicamente orgânico mais autônomo e, paulatinamente, vai se afastando da tutela do *Commonwealth*, até aderir à república em 1961. Lança, assim, um expediente autárquico, assumindo os altos custos do isolamento internacional – materialmente presentes nos embargos de arma da ONU, nas relações ambíguas com as potências ocidentais e no cerco dos jovens países africanos. A saída do império português da África Austral nos anos 70 coincidiu com o fim do pacto de Bretton Woods, apresentando novas dificuldades para os sul-africanos. Viam-se em conturbado processo de contenção das guerrilhas nacionalistas nos países da região, ao mesmo tempo em que sua economia entrava em estagnação com a impossibilidade de aumentar a produtividade interna e as significativas mudanças no sistema financeiro internacional. Diante do arrefecimento da Guerra Fria e da onda de mudanças de regime pelo mundo, a África do Sul deparou-se com um cenário de conflitos internos insolúveis e, buscando dar uma sobrevida ao Apartheid, trata de remoldá-lo a uma ordem que já não mais se encontrava vigente. Com as progressivas tratativas da oposição

nacional africana encabeçada pelo Congresso Nacional Africano (ANC) e os EUA, por fim, o último governo africâner encarou um processo de transição democrática, sacrificando, inclusive, alguns de seus projetos nacionais mais ambiciosos.

Do entreposto mercantil no Cabo às guerras anglo-bôeres

A história sul-africana manifesta-se no aspecto singular de sua colonização *sui generis*, a qual resultou no atual e moderno Estado sul-africano, nominalmente a República da África do Sul. Até a chegada dos primeiros colonizadores holandeses ao Cabo, o território que hoje compreende o espaço geográfico sul-africano era habitado por populações de origem tribal, majoritariamente do agrupamento étnico *Khoisan*⁴ e de povos Bantus⁵. A economia pré-colonial era voltada à subsistência, restringindo-se basicamente à produção agrícola, à pecuária e à caça. Tratava-se, portanto, de espaços políticos pouco desenvolvidos e integrados entre si, à margem do centro mercantil europeu. Em 1652, uma expedição da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC) se assentou na região do Cabo, o qual se tornou um posto de abastecimento para a companhia. Com isso, a região outrora subtraída de maiores aproximações com os pólos centrais dinâmicos tornou-se um entreposto comercial relevante, alinhando-se à fase inaugural de inserção internacional de uma potência naval europeia que se encontrava em estágios iniciais do seu capitalismo mercantil.

Inicialmente, a colonização do Cabo era restrita aos interesses imediatos da VOC, ou seja, ao abastecimento das embarcações. Para o suprimento dos bens de consumo básicos foram priorizadas alocações de colonizadores holandeses, que não tardaram a adquirir interesses divergentes no uso da terra do que aquele defendido pela companhia. Com a chegada do reformista Simon van der Stel, houve o encorajamento do desenvolvimento de uma indústria florestal e agrícola vigorosas. Concomitantemente, houve o “crescimento de uma sociedade calvinista que se enxergava como o povo escolhido pelo Senhor, entrando na Terra Prometida” (Evans 1999, tradução própria).

A relação entre as tribos *Khoikhoi* presentes na região do Cabo e a VOC eram inicialmente pacíficas, determinadas pelo escambo de carne

4 Também é grafado como *coisã* ou *coissã* e remete ao agrupamento de dois grupos étnicos originários do sudoeste africano, *Khoi* (ou *Khoikhoi*) e *San*.

5 Com mais de 400 subgrupos, os bantus formam o maior grupo etnolinguístico da África subsaariana.

bovina por parte dos autóctones e metais e fumo por parte dos colonizadores. Com a sucessiva expansão de terras agricultáveis por parte dos intitula-dos cidadãos livres de origem holandesa, houve aumento das tensões entre os povos originários e os novos colonizadores, que não se subordinavam ao canal de interlocução oficial entre a VOC e esses povos. Ainda que “se transformassem gradualmente os outrora livres *Khoikhoi* em trabalhadores dependentes e criadores de gado a serviço dos brancos, [...] em 1658/1659 a VOC começou a introdução de escravos no Cabo” (Hagemann 2001, 29-30, tradução própria). Desse modo, a colônia do Cabo rapidamente se inseriu no comércio internacional de escravos, muitos vindos de outros espaços coloniais holandeses, como Sri Lanka, Índia e Indonésia.

Em meio ao ocaso do império naval holandês, uma flotilha britânica atracou no Cabo sob a promessa de salvaguarda da integridade da colônia diante de qualquer ameaça francesa, uma vez que os franceses encontravam-se em meio à turbulência revolucionária. Já em 1803 a Inglaterra devolveu o Cabo à Holanda mediante o Tratado de Amiens, não obstante, a saída dos ingleses durou muito pouco; com o bloqueio napoleônico, os ingleses ocuparam o Cabo de modo definitivo (Evans 1999, 10). A colônia do Cabo transitou para a órbita de influência do colonialismo imperial britânico. Essa nova realidade transformou profundamente as relações sociais e políticas no espaço sul-africano. Desgostosos da administração inglesa, um significativo contingente de bôeres passou a abandonar a colônia do Cabo, e a migrar em direção nordeste às terras do planalto sul-africano. Esse processo desencadeou a ocupação territorial definitiva do espaço sul-africano, tal como se conhece hoje.

Delineados pelos grandes rios que atravessam o território, estabeleceram-se as repúblicas bôeres – nominalmente o Estado de Transvaal e o Estado Livre de Orange –, reconhecidos pela Inglaterra em 1852 e 1854, respectivamente. Isoladas, essas repúblicas eram impregnadas por um restrito *ethos* religioso calvinista. Como aponta Evans (1999), os bôeres se incomodavam com a questão de os ingleses darem preferência ao comércio no lugar de valorizar o papel da terra, além de sua negligência para o status divino do povo branco como superior. Até meados do século XIX, a África do Sul era uma economia relativamente atrasada, quase que inteiramente dependente da agricultura. Em suma, mercados eram pequenos, com condições difíceis e progresso lento, o que se aplica tanto à economia dos habitantes originais quanto à dos colonizadores europeus (Feinstein 2005). Faz-se relevante observar que o desencadeamento desse processo de colonização territorial sul-africana foi assimilado no imaginário coletivo bôer de modo bastante peculiar, o que em termos de cultura política, delineia bem o espírito comu-

nitarrista que passaria a guiar o discurso dos estadistas africanos ao longo da União Sul-Africana – a partir de 1910 – e da República da África do Sul – a partir de 1961.

Em 1866 foram encontradas as maiores jazidas mundiais de diamantes na região em que se situa a cidade de Kimberley, e em 1886 a descoberta de grandes quantidades de ouro em Witwatersrand transformou a cena local de Transvaal. A riqueza mineral logo atraiu o olhar dos ingleses, que viam a necessidade de controlar os territórios então sob domínio bôer. O capitalismo sul-africano encontra a partir daí uma nova etapa, em que grandes proprietários de minas, principalmente de ouro, lançam mão de medidas cruéis e desumanas para desalojar as populações nativas do entorno das áreas ricas em minérios. O fluxo de capital inglês para esse setor se sobressaiu. Embora a atividade mineradora se valesse da exploração de mão de obra barata e desencadeasse um modelo de exportação de minérios, a economia sul-africana se dinamizou rapidamente por meio de reinvestimento no setor de mineração e aplicação em demais setores de produção local até então marginalizadas. Foi principalmente na África do Sul que uma versão racial da acumulação primitiva tomou forma no continente africano (Cooper 2014, 21).

Amin (1976) afirma que a predominância de modo simples de produção de *commodities* é caso raro, sendo encontrada na Nova Inglaterra entre 1600 e 1750, na África do Sul dos bôeres entre 1650 e 1880, e na Austrália e na Nova Zelândia do início da colonização branca à ascensão do capitalismo moderno. Essas sociedades de pequenos fazendeiros e artesãos livres convergiram em um *modus* que tinha forte tendência a se transformar em uma formação capitalista plenamente desenvolvida. A realidade sul-africana era de abundância de terras e escassez de mão de obra. Por meio das práticas de discriminação social, os espaços coloniais bôeres e britânicos mantinham sob seu domínio os negros, mestiços e asiáticos de modo geral como força de trabalho de baixo custo.

Decorrentes da Primeira Guerra Anglo-Bôer (1880-1881), os imensos custos e sucessivas derrotas levaram os britânicos a optarem pelo armistício com os bôeres, acordando um autogoverno bôer em Transvaal sob suserania britânica, à qual ficariam relegadas às questões de foro externo e dos territórios nativos. As imensas quantidades de ouro descobertas em Witwatersrand achadas ao longo da década, no entanto, compensariam os custos de uma eventual nova guerra para os britânicos. A Segunda Guerra Anglo-Bôer (1899-1902) deve ser compreendida nos termos de uma guerra por recursos, e refletia o desejo de independência da população africana em relação ao Império Britânico e à Inglaterra. Vê-se no contexto da guerra a conexão entre exploração da população nativa, o interesse de várias partes em se

apropriar de provisões de ouro enormemente valiosas e o fortalecimento do Estado-nação da Inglaterra, avançando o militarismo imperial e satisfazendo as necessidades de finança e de capital bancário baseados na cidade de Londres (Stander 2014, 186).

O vasto território sul-africano, rico em minérios, permitiu um crescimento acelerado da economia local sul-africana, como de imediato a inseriu organicamente no mercado internacional. O capital estrangeiro permitiu uma dinamização de setores ainda pouco afluídos, como a indústria têxtil e a de produtos manufaturados básicos. De acordo com Evans (1999, 100), o propósito dos ingleses era forçar os bôeres a renunciar à sua soberania, cuja disputa resultou no concerto político da União Sul-Africana, território de domínio colonial inglês que assegurava maior autonomia política regional aos bôeres.

União Sul-Africana e a construção da unidade nacional

A África do Sul é uma entidade artificial criada pelos britânicos. As fronteiras atuais datam de 1910 e assim como muitos países africanos, a África do Sul é produto da herança colonial do império britânico (Steward 2014). Até o fim do século XIX, não havia na região nenhum Estado unitário e abstrato, cabendo aos colonos bôeres a formação de suas repúblicas (Osterhammel 2010). Essa nova unidade política emergiu a partir de um concerto entre os colonizadores africanos e os ingleses, que materialmente constituíam o poderio militar efetivo no território. Nesse arranjo político, houve a formulação de um pacto federativo, com certa autonomia administrativa para as quatro províncias (Cabo, Natal, Estado Livre e Transvaal).

Em meio à rápida modernização econômica sul-africana, as tensões raciais tomariam dimensões políticas ainda mais severas. Em 1912 foi fundado o Congresso Nacional Africano (ANC), movimento de resistência sul-africano ao regime político fundado em 1910. Em 1913, houve a outorga do *Land Act*, que implicou na divisão de terras entre os colonizadores ingleses, os bôeres e demais povos africanos. Por critérios raciais, a população negra, mestiça e asiática na União Sul-Africana ficou com 13% do território, enquanto os restantes 87% se dividiam entre os colonizadores brancos, falantes de inglês e *afrikaans*. Essa realidade colonial dual se manifestou pela percepção de que “antagonismos entre africanos e ingleses dominaram a política partidária por maior parte do [...] período” (Simons & Simons 1969, 612, tradução própria).

A África do Sul passou por um processo de modernização *sui generis* no continente africano e ao cabo de vinte anos se tornou uma nação industrial, configurando uma nova sociedade, que além de comportar a nova elite

econômica branca detentora do capital excedente da mineração, abrigava uma classe trabalhadora com subclasses racialmente determinadas. Na formação desse tipo particular de capitalismo, o excedente econômico não caía nas mãos de uma aristocracia ensimesmada como a do *ancien régime*, mas de uma incipiente burguesia africâner que se tornou central para o estabelecimento das bases econômicas do futuro regime do Apartheid. Ainda que de um lado os ingleses reproduzissem algumas das velhas estruturas sociais europeias, o espaço sul-africano viu florescer em seus quatro cantos um modelo de Estado pouco atrelado a relações puramente oligárquicas. Mesmo com o predomínio de conglomerados oligopolistas no setor da mineração – certamente o mais expressivo na jovem África do Sul – as funções de Estado já demonstravam estar mais alinhadas a uma nascente burocracia central, não corroborando, assim, com a tese de que a União seria propriamente um Estado oligárquico.

Diante do desfecho da Segunda Guerra Mundial, a África do Sul dobrou seu PIB *per capita* (1933-1945) e viu seu setor de manufaturas crescer vertiginosamente, possibilitando aumento de salário real inclusive para trabalhadores africanos. Cobrindo um terço da produção mundial de ouro, os sul-africanos logo deixaram de ser devedores internacionais e passaram a cobrir seus gastos domésticos e dívidas externas com facilidade. O crescente planejamento estatal estava condicionado ao aumento de receitas públicas, possibilitado pela maior capacidade de arrecadação tributária nos anos da guerra (Natrass & Seekings 2010).

A prevalência do ideário africâner e a institucionalização do Apartheid

As eleições de 1948 levaram ao poder o Partido Nacional (NP), um partido político de orientação nacionalista cristã conservadora. O então empossado chefe de governo africâner, Daniel Malan, tinha como trajetória de defesa, a adoção de uma república para a África do Sul no lugar da monarquia britânica (Bloomberg 1990). Isso certamente pode ser atribuído como reflexo da memória das perdas nas guerras bôeres, nas quais teriam sofrido, a seu ver, injustiças por parte dos ingleses. Desde o desfecho da Segunda Guerra Anglo-Bôer, em 1902, os africâneres lamentavam a sua perda de autonomia política com a dissolução de suas duas repúblicas e a conseqüente incorporação dos territórios como espaços da administração colonial inglesa. A restauração de seus direitos violados era um dos fundamentos do novo governo, que derrotara o Partido Sul-Africano (SAP) de Jan Smuts como contestação ao alinhamento sul-africano ao Reino Unido durante a Segunda Guerra Mundial.

Entre as medidas mais emblemáticas, o recém-eleito governo sul-africano imprimiu o aprofundamento da segregação racial e a manutenção de uma força de trabalho dependente no campo, além de trabalhadores migrantes nas minas de ouro. Escalou a repressão no lugar de buscar cooptar uma elite africana. O resultado foi o Apartheid (Cooper 2014, 28). Enquanto França e Inglaterra abandonavam a dominação colonial como projeto imperial, a África do Sul a apropriou como projeto nacional. Um capitalismo racializado passou a sustentar a industrialização sul-africana. A vitória dos nacionalistas, no entanto, deve ser considerada como a etapa inicial da própria revolução anticolonial da África do Sul, qual seja, a de controle político e econômico do espaço sul-africano exclusivamente por sul-africanos, ainda que estes em questão se tratassem de uma minoria social disposta a afiançar o acirramento das tensões raciais por meios legalmente instituídos.

Devido à participação na guerra, ainda que marginal, a África do Sul teve um considerável aumento doméstico no desempenho industrial, o que levou a uma urbanização massiva ao longo dos anos 1940. Nisso, havia a migração especialmente de negros do campo, até então pouco inseridos no processo de modernização rápida por que passava o país. Com mais oportunidades de trabalho, as cidades se transformaram em palco de um maior engajamento político, decorrente da natureza de perfil urbanizador dessa nova realidade sul-africana. Uma já segregacionista África do Sul lançou mão de mecanismos mais rígidos para frear esses desdobramentos colaterais e, pela perspectiva majoritária de uma elite africâner, indesejados. Dentre as medidas mais duras estão as leis que proibiam o casamento interracial e as que obrigavam as populações negra, asiática e mestiça a portar passaporte dentro do próprio país.

Com as greves se estendendo do setor de mineração à indústria infante e a dificuldade de o Estado sul-africano em conter movimentos trabalhistas da população negra, o regime censurou os requisitos para uma economia industrial “modernizante”, inviabilizando um mercado de trabalho livre para seu desenvolvimento capitalista. Os novos controles estatais sobre o trabalho antagonizavam as necessidades industriais sul-africanas e seriamente impediam o progresso. Em nome da defesa dos interesses da parcela mais relevante dos constituintes do NP, nominalmente africâneres de base rural, o governo refletia o atraso na sua cultura e representava não estar preparado a se adaptar às demandas de uma economia industrial moderna (Innes 1994, 168).

Em 1958, o novo primeiro-ministro Hendrik Verwoerd fazia defesa pública do desenvolvimento separado, modelo segundo o qual haveria a devolução aos povos não-brancos de seus territórios antigos, em conformação às

suas próprias sociedades. O Apartheid utilizava a retórica da autodeterminação dos povos como justificativa para a formação de enclaves no território nacional, batizados de *homelands*, os quais logo viriam a ser conhecidos como bantustões. Esses territórios foram implementados através do *Bantu Self-Government Act* e, embora não gozassem de reconhecimento internacional, o governo sul-africano identificava os bantustões como embrionárias nações independentes. A pressão externa pelo não reconhecimento internacional dos bantustões era fruto das sistemáticas denúncias contra a África do Sul numa ONU cada vez mais balanceada por novos Estados africanos, que viam nesses enclaves o aprofundamento do regime de segregação racial.

Edificação da República e capitalismo de Estado

Uma das mais críticas promessas políticas do NP junto a seu eleitorado era a adoção de uma nova república sul-africana, totalmente independente do Reino Unido, isto é, com uma chefia de Estado sul-africana. Em outubro de 1960, o governo adotou um referendo junto à população branca, e por uma leve maioria de 52,29% dos votos prevaleceu a opção pela república. A notável resistência do eleitorado vinha da província de Natal, onde a maioria branca falava inglês. Temia que, afastada do Reino Unido, a África do Sul estaria ainda mais vulnerável ao comunismo e ao nacionalismo africano pró-ruptura.

Com a adoção da república em 1961, a África do Sul não somente sai formalmente da tutela britânica, como enseja um processo mais profundo e ousado de consolidação de um Estado nacional a partir de sobreposta identidade africâner. A tradição sul-africana era de delegar assuntos externos à Grã-Bretanha, mas o NP fixou seus olhos na cena doméstica quando entrou em poder em 1948 (Munger 1965, 91) e com a república ensaiou a formulação de uma política externa mais identificada com a nova realidade política do regime liderado pela base africâner menos moderada e pouco disposta às antigas mediações junto aos grupos de pressão pró-britânicos internos. No lugar da antiga conciliação entre ingleses e bôeres edificada pela formação da União Sul-Africana, os esforços para uma hegemonia africâner doméstica – embora nunca absoluta – tornaram-se o pilar republicano no contexto sul-africano.

O país que até então gozava de privilegiados aportes de capital inglês no continente africano se mostrou disposto a traçar uma rota mais autônoma. Com a saída também da *Commonwealth of Nations*, os políticos africâneres mais cáusticos celebraram de fato o ressurgimento de uma república bôer,

agora dimensionada numa realidade pós-guerra, em fase intermediária de desenvolvimento industrial. É a partir desse período que a África do Sul consolida efetivamente seu “capitalismo nacional, compreendido como o modelo que é a síntese moderna entre Estados-nações e capitalismo industrial, a tentativa institucional de gerenciar dinheiro, mercados e acumulação através de uma burocracia central para o benefício de uma comunidade cultural de cidadãos nacionais” (Hart & Padayachee 2013, 57, tradução própria).

Jackson (1990) e Clapham (1996) apontam que o surgimento dos Estados nacionais africanos a partir da descolonização dos anos 1960 era acompanhado pela ausência de uma soberania empírica. Como careciam de legitimidade absoluta interna, esses Estados não tinham monopólio de poder garantidor de controle do governo sobre o território do Estado, além de certa capacidade de defesa do território. Portanto, uma parcela significativa dos Estados africanos existia por intermédio de uma soberania jurídica, relegada ao reconhecimento meramente formal dentro do sistema internacional. Há que se fazer a sutil diferenciação entre o entendimento da formação dos Estados nacionais africanos como desmantelamento dos impérios coloniais nos anos 1960 – em especial o inglês e francês – e a realidade já estabelecida na África do Sul. Ainda que esta não se igualasse em níveis de desenvolvimento às potências europeias, a nova república sul-africana já transparecia sua identidade singular como Estado nacional efetivamente soberano e independente no continente africano.

Se, de um lado, para brancos, a África do Sul é um Estado capitalista avançado nos estágios finais do imperialismo, por outro lado, ainda é uma colônia para os negros (Gordimer apud Stander 2014, 25). Essa identidade singular se expressa pela busca de autoafirmação nacional aliada a um desenvolvimento capitalista que enxerga no modelo europeu ocidental o carro-chefe para alcançar a modernidade, preenchendo-se, no entanto, com instituições pouco modernizantes ou mesmo antimodernizantes. O que se torna claramente observável é o fato desses desdobramentos políticos e econômicos notabilizarem a África do Sul bôer como um “jovem centro”, expressão cunhada por Amin (1976). Ou seja, a despeito das idiosincrasias do regime altamente contestado moral e politicamente pela comunidade internacional, a África do Sul rapidamente constitui, junto a outras potências médias do Terceiro Mundo, o núcleo orgânico do capitalismo periférico no sistema internacional.

Os custos políticos internos e externos em razão do aprofundamento do Apartheid não passaram despercebidos pelas autoridades de Pretória. A luta armada tomou espaço na contestação política ao regime em solo sul-africano, principalmente por atos de sabotagem, organizados em colaboração

entre um ANC clandestino e um SACP com estreitos laços com Moscou. De 1960 a 1962, o agitado continente africano viu o processo mais expressivo de independências das antigas colônias. Na África Austral, majoritariamente britânica, houve a ebulição de diversos movimentos de libertação nacional, o que claramente afetaria as posições sul-africanas como ator regional no sentido de manter o controle da estabilidade política por meio do *status quo*.

Ainda que a África do Sul se firmasse como polo capitalista regional, seu tipo específico de capitalismo menos dependente implicou também um gradual afastamento dos tradicionais aliados ocidentais, como Inglaterra e EUA, os quais aderiram voluntariamente ao embargo de armas contra a África do Sul expresso pelo Conselho de Segurança da ONU em 1963 (Geldenhuys 1984, 11). Diante desse constrangimento, a África do Sul viu-se compelida a solidificar por próprios meios uma indústria de defesa nacional que respondesse às crescentes demandas das forças de defesa e de segurança sul-africanas nas operações domésticas e transfronteiriças. Conforme Cepik (2009), em termos de equipamento, por conta do embargo, a África do Sul acabou desenvolvendo uma indústria própria de blindados e artilharia que hoje posicionam bem o país em termos mundiais.

Engajamento sul-africano no entorno regional

A África Austral foi espaço de colonização de dois impérios, basicamente, o britânico e o português. Independente de que país da África Austral se esteja falando, sempre se vê o envolvimento do regime de Pretória, seja na ocupação da Namíbia, na agressão em larga-escala em Angola, ação terrorista em Moçambique ou assistência ao governo racista na Rodésia (Shubin 2008, 239). Fica claro, portanto, que a África do Sul se engajava ativamente desde o sentido político e diplomático mais amplo até o militar e operacional mais estrito na sua região. Partindo de uma retórica anticomunista perenemente recalcitrante, os formuladores de política externa sul-africana expressavam a justificativa para as intervenções na África Austral em torno da contenção do comunismo e movimentos de libertação afins.

Talvez no momento mais africâner da África do Sul como entidade política soberana, as eleições na Rodésia proveem uma consistente aliança política em torno do regime do Apartheid. Em 1962, com a vitória da Frente da Rodésia (RF), uma elite local branca se antecipa às negociações entre ingleses e elite africana para a independência dos territórios na África Austral e busca contornar a já real participação política negra do país, valendo-se também da discriminação racial sistemática e orientada por uma visão nociva

de inferioridade africana com o propósito de assegurar privilégios à minoria branca (Mungazi 1998, 131). O resultado vem em 1965 com a Declaração de Independência Unilateral. Sob chefia de Ian Smith, o governo de minoria branca da RF não alcança reconhecimento internacional significativo, em especial do governo britânico, e passa a manter laços substanciais com Pretória para lidar com a contenção dos nacionalistas africanos e a formação de guerrilhas que lutavam pela tomada imediata de poder.

Apesar de a Rodésia ter tido apoio militar maciço dos sul-africanos desde 1967, Vorster viu a necessidade de conter a guerra no país vizinho por antever que a situação poderia se escalar para o caos e a ruptura. Nisso, surgiu uma aliança oficiosa com o presidente zâmbio Kaunda, pavimentando uma via para uma *détente* regional (Jaster 1989, 52). O secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, pressionou para que o governo sul-africano de John Vorster moderasse o ambiente de negociações para a transição de poder na Rodésia/Zimbábue, que se efetivaria em 1979. Por parte dos americanos, o que se temia era justamente um engajamento do tipo que veio a ocorrer em Angola com a presença de tropas cubanas e o apoio extensivo dos soviéticos.

Após a Revolução dos Cravos em Portugal, o continente africano viu o desmantelamento de seu último império colonial. Com a retirada dos portugueses, abriu-se espaço para a independência política de Angola e Moçambique, duas colônias de porte grande, a primeira voltada ao Atlântico e a segunda, ao Índico. Essa realidade deixou a África do Sul sem tampão em suas fronteiras noroeste e nordeste (Muiu 2008). A manutenção colonial portuguesa no meridional africano até metade da década de 1970 foi bastante relevante para a África do Sul, que desde 1963 era objeto de bloqueio do espaço aéreo dos países-membros da Organização da Unidade Africana (OUA).

Stepleton (2010) afirma que as forças de defesa nacional da África do Sul receberam lições nos EUA e na França, com base nas guerras do Vietnã e Argélia. Alimentavam-se de teorias da contra-insurgência, que pressupunham que forças insurgentes poderiam derrotar robustas forças militares convencionais. Com o treinamento do MK em Moçambique e na Bechuanalândia, o governo sul-africano enxergava ainda mais razões para combater o estabelecimento de um regime pretensamente hostil em Maputo, embora sua preocupação maior ainda se desse por conta da instabilidade em solo angolano que poderia facilmente implicar mudanças no Sudoeste Africano, ainda sob tutela sul-africana. Como avalia Pereira (2010, 52), o isolamento cada vez maior dos sul-africanos, não apenas em nível internacional, mas fundamentalmente em termos regionais após a independência de Angola, de Moçambique e do Zimbábue, além das despesas militares e das despesas

com a manutenção do aparato estatal de segurança tornariam o sistema insustentável.

A África do Sul, como país banhado por dois oceanos – o Atlântico e o Índico – sempre constituiu um ponto geográfico altamente estratégico. Em 1955, a Inglaterra assinou o Acordo de Simonstown com os sul-africanos, formalizando a sua Estação Naval do Atlântico Sul, um ponto de apoio para a marinha britânica no espaço do Commonwealth. Ambas as marinhas passaram a realizar operações regulares conjuntas até 1975, quando o acordo não foi renovado por parte dos britânicos, em razão da identificação com a República da África do Sul como dano diplomático prevalecer sobre vantagem militar. O término de um vínculo naval de 169 anos significou que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), pela primeira vez, ficaria sem base operacional no Atlântico Sul (Roberts 1976, 4). De outro lado, o próprio afastamento da África do Sul da Commonwealth britânica e de seus *affairs* com a adoção da nova república terminaria por implicar este cenário de uma autonomia decisória militar mais significativa por parte de Pretória.

Enquanto a OTAN afirmava seu poderio militar no hemisfério norte em plena Guerra Fria, havia a contraposta de formação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), com o propósito de enfrentar agressores comuns e a “ameaça soviética”. Em 1977 o comandante da marinha uruguaia defendeu a sua institucionalização. Implicaria, por parte dos países sul-americanos, uma cooperação com os regimes colonialista de Portugal e racista da África do Sul. O governo brasileiro, no fim da década de 1970, não via viabilidade na proposta e alegava que poderia haver em decorrência do acordo uma corrida armamentista na região. Houve, em meio à retração brasileira, uma aliança entre África do Sul e Argentina, que logo seria substituída por uma aproximação dos sul-africanos junto aos chilenos – e também bolivianos e paraguaios – sob fiança inglesa em meio à Guerra nas Ilhas Malvinas (1982). A aliança não teria desdobramentos práticos relevantes, de modo que o Brasil passou a ver necessidade de assegurar a segurança da região. Logo, iniciou defesa da ideia de uma zona de paz – posteriormente a Zona de Paz do Atlântico Sul (ZOPACAS) – no lugar da OTAS. Essa nova proposta tomaria corpo numa realidade pós-colonial na África Austral, em meio aos processos de transição de regime tanto do meridional africano quanto do americano (Pereira 2013).

Se, de um lado, a África do Sul se consolidou como o ator regional mais relevante na África meridional, por outro lado, a partir da cadeia de eventos iniciada com a saída dos portugueses de suas colônias, o regime em Pretória passou por dificuldades cumulativamente crescentes em manter uma ordem estável na região. A abordagem de política externa mais realista

ao longo da década de 1970 possibilitou algumas vitórias diplomáticas temporárias, as quais, entretanto, não evitaram a deterioração das relações entre Pretória e Ocidente. O isolamento e embargo de armas levariam a África do Sul a buscar novas parcerias no sistema internacional. Ela se encontrava, afinal, disposta a executar um projeto nacional que não dispensasse uma ampla capacidade de defesa nacional e que não se intimidasse com as pressões e críticas em torno de seu regime de segregação racial.

Da ambição nuclear ao latente desgaste econômico-militar

No continente africano, a África do Sul é tida como o único país que se habilitou a desenvolver um programa nuclear e a dispor de um arsenal atômico. A adoção de um programa nuclear evidencia a tentativa clara de busca pela autonomia política plena da África do Sul e pela consolidação como potência média efetiva na África. Ainda em 1961, foi desenvolvida a primeira planta nuclear da África do Sul e a partir de 1969 o programa nuclear tomou corpo. Inicialmente como principal fornecedora de urânio para os EUA, a África do Sul desempenhava um papel estratégico para a indústria nuclear norte-americana. Após a descoberta do minério em solo americano e canadense, os EUA passaram a depender menos dos sul-africanos.

Ainda que os Estados Unidos tenham aceitado bem a entrada de Israel no clube nuclear em 1970, o governo norte-americano trabalhou incansavelmente nos fins da década de 1970 para que a África do Sul não entrasse. A política de não-proliferação do mandato Carter falhou em evitar que a África do Sul adquirisse a bomba logo após a saída de Carter, e sucessivos burocratas americanos não conseguiram parar Israel de ajudar o Estado do Apartheid a desenvolver componentes mais avançados de seu arsenal nuclear (Polakow-Suransky 2010, 13). Num raro sinal de colaboração entre URSS e EUA em 1977, os soviéticos compartilharam a informação de dados de satélite que indicavam a instalação de um local no deserto do Kalahari para o desenvolvimento de teste de artefatos nucleares. O regime em Pretória, através de ministros e diplomatas, negava veementemente que o local indicado fosse de alguma forma utilizado para experimentos nucleares.

Se de um lado havia a preocupação em barrar a proliferação de armas nucleares pelo Terceiro Mundo, havia também o entendimento de que as restrições impostas ao desenvolvimento tecnológico desses países serviram aos interesses dos países nucleares em manter, sob prisma da economia política internacional, a tecnologia em si como um recurso de poder para diferenciação desses Estados dos demais. Além disso, os países não nucleares

se tornariam compradores de equipamentos e combustíveis que promoveriam a indústria e o mercado nuclear nos países nucleares. Assim como o Brasil e Israel, a África do Sul não assinou o Tratado de Não Proliferação em 1968, demonstrando que a capacidade de armas nucleares foi de fato o objetivo definitivo de seu programa.

O isolamento de Pretória fez com que o regime buscasse aliados não convencionais para cooperação técnica e compartilhamento de programas estratégicos. Aproximou-se de regimes que também, por via ou outra, sofriam determinado grau de afastamento da comunidade internacional, como foram o caso de Israel pós-67 e de Taiwan (República da China) após a troca do assento chinês no Conselho de Segurança da ONU em prol da República Popular da China (1971). Tratando-se de um regime tão controverso, a ONU buscava meios de limitar o potencial militar da África do Sul por meio de embargos e sanções que visavam ultimamente o desarmamento do regime do Apartheid bem como da região. A retórica em prol do desarmamento global derivada de postulação pacifista pode levar a inferências enganosas, como aponta Morgenthau⁶ (1997).

Com o esgotamento do modelo industrializante de substituição de importações e o término de um crescimento econômico vertiginoso, aliado à nova realidade no entorno da África Austral, os governos sul-africanos buscaram aliar reformas administrativas internas a uma preocupação maior com seu papel potencialmente estabilizador de potência regional. Ao longo da década de 1980, o então primeiro-ministro sul-africano Botha embarcou em várias reformas para resolver a contradição entre acumulação capitalista e demandas populares. Uma nova base de consenso teria de ser criada, implicando a reestruturação das bases políticas e ideológicas do Apartheid, transformando o processo de acumulação através do ajustamento em políticas econômicas e relações de Estado e da sociedade civil. As reformas buscavam institucionalizar o consenso e a coerção pela remodelação da estrutura de produção, distribuição e consumo para reavivar a economia que estava se debilitando. Houve tentativas de reestruturar instituições políticas para fortalecer relações entre capital e trabalho (Muiu 2008, 122). E foi precisamente nessa época que a retenção de poder por parte do Estado sul-africano sofreu uma

6 Afirma que “reduzir a quantidade de armas real ou potencialmente disponíveis em qualquer momento específico não poderia ter influência na incidência de guerra; poderia concebivelmente afetar sua conduta. Nações limitadas na quantidade de armas e homens concentrariam todas as suas energias junto à melhoria da qualidade de tais armas e homens que possuem. Ademais, eles procurariam por novas armas que pudessem lhes compensar a perda na quantidade e lhes assegurar uma vantagem sobre seus concorrentes” (Morgenthau 1997, 436-437, tradução própria).

mudança drástica, quando pressões econômicas externas – especificamente o boicote de investimento americano – ameaçaram o regime (Halliday 1994, 136). O Congresso norte-americano aprovou em 1986 uma lei que visava congelar investimentos americanos na África do Sul e proibia a venda de armamentos à Pretória por parte de empresas norte-americanas.

O desgaste internacional e a transição para a democracia

O entorno de um *establishment* político sul-africano que em maior ou menor grau dava continuidade às políticas degeneradas de segregação racial levou o país a um estado de emergência. Ainda que muitas das leis mais polêmicas do regime tivessem sido revogadas em 1986, a deterioração política interna tomou dimensões preocupantes no fim da década. Somado a isso, as mudanças bastante rápidas no desfecho da Guerra Fria e o novo entorno independente no meridional africano proporcionaram uma mudança completa de cenário, agora amplamente desfavorável à África do Sul.

A administração Botha se tornou bastante cética à política de “engajamento construtivo” promovida por Reagan por não ter prevenido a imposição de sanções por parte do Congresso Norte-Americano à África do Sul. Em resposta à deterioração das relações, a retórica de Botha passou a denunciar o Ocidente e suas políticas, num claro apelo às ligações da África do Sul com a África. Em discurso direto aos Estados não-alinhados, o presidente de Estado evocou a cooperação pan-africana, alegando que a culpa pela miséria que Ocidente havia causado à África e ao Terceiro Mundo era escondida atrás da campanha contra a África do Sul. Afirmou ser necessária a reunião de líderes do continente africano na África, e não em outros continentes, para a reflexão de seus problemas e busca por soluções. Para além da retórica, essa abordagem evidenciava o momento de alta tensão entre África do Sul e potências ocidentais assim como uma contra correspondente distensão com alguns dos regimes vizinhos, incluindo Moçambique e Zimbábue (Jaster 1989).

Com a saída negociada dos sul-africanos do território do Sudoeste Africano pelo Acordo Tripartite de Nova Iorque, estavam estabelecidas as condições para uma transição pacífica com a realização de eleições livre e acompanhadas na Namíbia. Assim como em Moçambique, Zimbábue e Angola, o grupo de resistência nacional de maior expressão tomou o poder com ampla vantagem. Diante dessa realidade, a comunidade internacional e, logo, o governante NP viam o encaminhamento político diante de negociações com o ANC como o desfecho mais realista, uma vez que se tratava da maior força política dentro do país, ao menos em termos de representação política.

A questão, porém, não era mais de um mero governo nacional africano majoritário como nas décadas prévias, mas na fixação de um modelo de democracia liberal, de fato aberta aos mais variados campos da política. Dessa forma, o NP também via a possibilidade de manter, ainda que marginalmente, uma influência prestigiosa nos rumos constitucionais da República da África do Sul e o ANC, por sua vez, passou a considerar inúmeras concessões políticas a fim de chegar logo a uma transição efetiva de governo. Do encontro entre Oliver Tambo, liderança do ANC, e Gorbachev, houve o entendimento de que os atos de agressão de Pretória contra demais Estados africanos independentes deveria cessar, deveria haver independência da Namíbia em consonância às resoluções da ONU, além da remoção do regime do Apartheid na África do Sul como “causa primária da situação conflituosa na região” (Shubin 2008).

A questão para o ANC girava em torno de duas premissas básicas: “um homem, um voto” e a distribuição de renda e equalização de oportunidades com a manutenção de um pacto mais heterodoxo no tocante às políticas econômicas. Ao ANC não pode ser atribuída, portanto, qualquer postura de eliminação política e econômica dos feitos logrados nas últimas décadas, como os hercúleos projetos de infraestrutura que possibilitavam a integração territorial. O que estava em voga era uma África do Sul acima de tudo pós-Apartheid. Os valores assumidamente universais condenavam as práticas de discriminação racial, porém o faziam de forma a identificar que o Estado sul-africano se destinava integralmente a todos que nele vivessem, sem qualquer distinção – ao menos na retórica oficial.

Com a liberalização política crescente, o espaço sul-africano viu florescer uma ampla variedade de grupos políticos. Contabilmente se fala em 26 partidos no processo de transição, nas discussões mais amplas destinadas à sociedade civil como um todo. O ideário africâner cedia espaço para a proliferação das mais distintas ideologias, amplamente presentes nas democracias liberais, em especial as de sistema multipartidário. Tornava-se quase um imperativo para o ANC, que ficara tantas décadas na clandestinidade, abrir espaço para um sistema eleitoral proporcional, ainda que sua luta antiga tenha se aproximado por um modelo predominantemente majoritário que assegurasse um governo de ampla maioria do ANC.

No campo financeiro, a África do Sul também passava por dificuldades. Em virtude do fim do padrão dólar-ouro em 1971, com a manutenção das subsequentes instituições de Bretton Woods num remodelado concerto da economia política mundial. As taxas de câmbio até então fixas passam por etapas de flexibilização com a adoção de bandas cambiais e câmbio flutuante. A África do Sul, a maior fornecedora de ouro ao mercado mundial,

se viu transformada de um progresso aparentemente triunfante para um declínio angustiante. De 1948 a 1973, o país foi marcado por crescimento e estabilidade, enquanto de 1973 a 1994 predominaram estagnação e inflação (Feinstein 2005, 200-201).

Arrighi & Saul (1973, 50) apontam para o fato de que o capitalismo internacional iria avançar interesses em controlar processos político-econômicos de desenvolvimento descritos como centros periféricos e em particular centros de exploração mineral. E de fato, a nova era globalizante indicava a estrita delimitação do papel do Estado no tocante à economia, com a propagação da abertura quase irrestrita ao capital internacional e a mudança no marco institucional para que os países se adequassem à ordem centrada no Consenso de Washington.

Enquanto o sistema bipolar permitia um poder de barganha não irrelevante por parte dos Estados africanos, a nova realidade instaurada nos anos 90 levou o continente a um quase abandono por parte daqueles que eram os maiores fiadores de governos e regimes na África. No lugar das guerras de libertação nacional, eclodiram diversas guerras civis, e as soberanias formalmente delimitadas revelavam-se organicamente frágeis, com Estados que não lograram estabelecer uma burocracia central suficientemente poderosa para coordenar a atividade política territorialmente nacional. A despeito de todo o esforço da África do Sul nesse sentido, a transição significou um incremento na violência civil por parcelas da população alijadas do círculo de altas negociações entre ANC e NP. Indisposições entre as ascendentes lideranças africanas em diversos territórios minavam a trajetória para uma mudança concertada do regime. Enquanto Mandela e de Klerk receberam o prêmio Nobel pela conciliação promovida em nome do desfecho do Apartheid, uma desordem e ruptura da lei ferviam em localidades disputadas por antigas lideranças dos bantustões, agrupamentos africâneres extremistas e todo tipo de agitação contra o entendimento das elites partidárias.

Considerações Finais

Assim como se atesta o caráter dual da colonização do espaço sul-africano, também se verifica que a modernização do Estado, principalmente a partir da União Sul-Africana, adota uma realidade dual, em que para um parcela restrita e privilegiada da população há um esforço significativo do Estado estabelecer uma realidade industrial mais avançada com benefícios sociais, e para a maior parte da população – racialmente segregada – há exclusão socioeconômica e o conhecimento de um Estado que mostra a face

da violência e da criminalização de modo sistemático. O desenvolvimento capitalista relativamente transformador para um país periférico no sistema internacional apresentava, nas suas contradições, os empecilhos para o desenvolvimento humano pleno e uma integração internacional mais efetiva numa realidade africana pós-colonial.

Não obstante as diferentes limitações, a África do Sul, para além de sua riqueza mineral, estabeleceu uma burocracia central eficaz possibilitando a funcionalidade da administração estatal, a gestão de um sistema financeiro mais autônomo e os subsídios indispensáveis para seu processo de industrialização. Dada sua singularidade, a formação do Estado nacional sul-africano possibilita uma inserção internacional mais integrativa e dinâmica nas relações internacionais, havendo em vigor uma soberania funcional sobre seu território e domínio político próprio sobre suas decisões mais sensíveis. A despeito de problemas estruturais perenes, como a alta desigualdade social e taxas alarmantes de desemprego, a África do Sul se posiciona como uma potência regional efetiva no continente africano.

REFERÊNCIAS

- Amin, Samir. 1976. *Unequal Development: An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism*. Hassocks: The Harvester Press.
- Arrighi, Giovanni; Saul, John S. 1973. *Essays on the Political Economy of Africa*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Bloomberg, Charles. 1990. *Christian-Nationalism and the Rise of the Afrikaner Broederbond, in South Africa, 1918-48*. Basingstoke: The Macmillan Press.
- Cepik, Marco. 2009. “Segurança Internacional e Cooperação Sul-Sul: Índia, Brasil e África do Sul”. In: Lima, Maria R. S.; Hirst, Mônica. (Org). *Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Clapham, Christopher S. 1996. *Africa and the International System: the Politics of State Survival*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cooper, Frederick. 2014. *Africa in the World: Capitalism, Empire, Nation-State*. Cambridge: Harvard University Press.
- Cuco, Arcênio F; Viana, Jefferson P. 2015. “Os modelos de inserção internacional na África e as consequências internas e internacionais de sua aplicação”. *11ª Seminário Internacional de Ciência Política – Estado e Democracia em Mudança no Século XXI - UFRGS*, Porto Alegre.

- Dahl, Robert A. 1989. *La Poliarquía: Participación y oposición*. Madri: Tecnos.
- Evans, Martin Marix. 1999. *The Boer War: South Africa 1899-1902*. Oxford: Osprey Publishing..
- Feinstein, Charles H. 2005. *An Economic History of South Africa: Conquest, Discrimination and Development*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fernandes, Fernanda de M. 2015. *No núcleo do átomo: os usos da energia nuclear e a inserção internacional do Brasil (1946-1985)*. 350 p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.
- Geldenhuis, Deon. 1948. *The Diplomacy of Isolation: South African Foreign Policy Making*. Joanesburgo: Macmillan South Africa.
- Gilpin, Robert. 2001. *Global Political Economy: Understanding the International Economic Order*. Princeton: Princeton University Press.
- Hagemann, Albrecht. 2001. *Kleine Geschichte Südafrikas*. Munique: Beck.
- Halliday, Fred. 1994. *Rethinking International Relations*. Basingstoke: Macmillan,.
- Hart, Keith; Padayachee, Vishnu. 2013. “A history of South African capitalism in national and global perspective”. *Transformation – Critical Perspectives on Southern Africa*, Number 81/82, p. 55-85.
- Innes, Duncan. 1984. *Anglo American and the Rise of Modern South Africa*. Londres: Heinemann Educational Books.
- Jackson, R. H. 1990. *Quasi-States: Sovereignty, International Relations, and the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press..
- Jaster, Robert S. 1989. *The Defense of White Power: South African Foreign Policy under Pressure*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Morgenthau, Hans. 1997. *Politics among Nations: the Struggle for Power and Peace*. 6th ed. Beijing: Peking University Press.
- Muiu, Mueni wa. 2008. *The Pitfalls of Liberal Democracy and Late Nationalism in South Africa*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

- Mungazi, Dickson A. 1998. *The Last Defenders of the Laager: Ian D. Smith and F.W. de Klerk*. Westport: Praeger.
- Munger, Edwin S. 1965. *Notes on the Formation of South African Foreign Policy*. Pasadena: Grant Dahlstrom/The Castle Press..
- Nattrass, Nicoli; Seekings, Jeremy. 2010. "The Economy and Poverty in the Twentieth Century in South Africa". *Centre for Social Science Research – Social Surveys Unit*, Working Paper, n. 276.
- Osterhammel, Jürgen. 2010. *Die Verwandlung der Welt: Eine Geschichte des 19. Jahrhunderts*. Munique: Beck.
- Pereira, Analúcia D. 2010. "A África do Sul independente: segregação, *Apartheid* e transição pactuada (1910-1994)". In: Visentini, Paulo G. F.; Pereira, Analúcia D. (Org). *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG/CESUL.
- _____. 2013. "O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: Cooperação e Desenvolvimento". *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, v.2, n.4, p. 33-47.
- Polakow-Suransky, Sasha. 2010. *The Unspoken Alliance: Israel's Secret Relationship with Apartheid South Africa*. Sunnyside: Jacana.
- Roberts, Kenneth E. 1976. *US Defense and the South Atlantic*. Carlisle Barracks, Strategic Studies Institute – US Army War College.
- Shubin, Vladimir. 2008. *The Hot "Cold War": The USSR in Southern Africa*. Londres: Pluto Press..
- Simons, H. J.; Simons, R. E. 1969. *Class and Colour in South Africa 1850-1950*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Stander, Simon. 2014. *Why War: Capitalism and the Nation-State*. Nova Iorque: Bloomsbury..
- Stapleton, Timothy J. 2010. *A Military History of South Africa: From the Dutch-Khoi Wars to the End of Apartheid*. Santa Bárbara: Praeger..
- Steward, Dave. *A Brief History of South Africa*. <https://www.youtube.com/watch?v=RhhzVfeqINY>.

RESUMO

Desde a colonização holandesa no Cabo, o espaço sul-africano passou a constituir um efetivo ponto geoestratégico, inicialmente ancorado no mercantilismo da metrópole, e posteriormente, com a chegada britânica, realiza um processo de abertura comercial e de expansiva colonização territorial de europeus e também populações asiáticas afiançadas pelos ingleses. Após duas guerras internas, a África do Sul chega ao início do século XX a um entendimento político, formando a União Sul-Africana, que abre espaço, após a Segunda Guerra Mundial, para a ascensão de um regime nacionalista conservador, responsável pelo recrudescimento da segregação racial já vigente. Reconhecido bastião anticomunista no meridional africano, a África do Sul desenvolve no século XX capacidades militares e uma economia nacional de mercado sem equiparação no continente todo. Enquanto afirma seu projeto nacional, o país encontra-se limitado pelo crescente descrédito da comunidade internacional, que, através da ONU e da OEA, impõe embargos e boicotes ao governo sul-africano.

PALAVRAS-CHAVE

África do Sul; Colonização da África; Formação de Estado; Apartheid.

*Recebido em 3 de março de 2018.
Aprovado em 6 de junho de 2018.*